

# **A ATIVIDADE ARTESANAL COM FIBRA DE BANANEIRA SOB A PERSPECTIVA DO ECODESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>**

**Daniel Henrique Dario Capitani<sup>2</sup>; Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello<sup>3</sup>**

Palavras-chave: artesanato, fibra de bananeira, ecodeenvolvimento, resíduos.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho teve como objetivo efetuar uma análise das atividades artesanais com fibra de bananeira, em comunidades dos municípios de Itariri e Miracatu, no Vale do Ribeira, SP. Estas atividades passaram a ser desenvolvidas após a atuação do Projeto de Aproveitamento de Resíduos da Agroindústria da Banana no Vale do Ribeira-SP. Tal Projeto foi uma iniciativa da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo que, por solicitação do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira, contratou a ESALQ/USP para desenvolvê-lo, a partir de 1991, com o objetivo de buscar tecnologias e alternativas viáveis para o uso dos resíduos da bananicultura e fortalecimento dessa agroindústria na região (GARAVELLO, 1999). Entre as alternativas desenvolvidas, a de menor custo, e a de mais fácil implementação, foi a do artesanato com fibra e palha de bananeira, com o treinamento nas comunidades carentes, como opção de ocupação e geração de renda. Segundo Pereira (1979), o artesanato gera mais empregos e aumenta a produção, com baixos custos, por isto, se torna importante fator de fomento social e econômico; é tradicionalmente um complemento básico da economia rural; pode representar uma forma de controle social; responde pela existência de um sistema informal de capacitação de mão-de-obra; é uma força viva do potencial turístico; é um estímulo e uma resposta para a promoção social através do trabalho; e representa um aspecto da memória cultural de um povo, bem como de valorização dos seus elementos materiais.

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado a partir e pesquisa de iniciação científica do PIBIC/CNPq

<sup>2</sup> ESALQ/USP, Graduando em Ciências Econômicas e bolsista do PIBIC. (*dhcpita@esalq.usp.br*)

<sup>3</sup> ESALQ/USP/Departamento de Economia, Administração e Sociologia, Prof. Dr. (*mepegara@esalq.usp.br*)

As atividades do Projeto, relativas ao artesanato foram desdobradas, sendo oferecidos cursos em comunidades rurais e urbanas de 19 municípios brasileiros, sendo nove deles localizados no Vale do Ribeira, e envolvendo, no total, aproximadamente 600 pessoas.

O presente trabalho focalizou a organização atual de grupos de artesãos dos municípios de Itariri e Miracatu, S.P., a comercialização de seus produtos, e a participação e colaboração da sociedade local (Órgãos Públicos Municipais e Estaduais, Sociedade Civil e ONG's) ao longo de sua constituição.

Pretendeu-se assim, verificar se foi atingido o objetivo de, no tocante ao artesanato, ser uma alternativa viável para o desenvolvimento regional, aumentando o nível de renda e conseqüentemente a qualidade de vida da população carente, utilizando os recursos naturais locais, sem degradar o meio ambiente, tendendo enfim, aos parâmetros de sustentabilidade, proposto por SACHS(1993)( VIEIRA 1995).

Segundo Sachs (1993, p.25-26), o desenvolvimento sustentável inclui cinco dimensões : a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade espacial, a sustentabilidade social e a sustentabilidade político-cultural.

Para Foladori e Tommasino (2000, p.41), existem três eixos principais a partir dos quais podem-se agrupar diferentes enfoques de desenvolvimento sustentável. O primeiro limita o conceito à sustentabilidade ecológica, o segundo adiciona à sustentabilidade ecológica uma social, porém somente como ponte para a análise da sustentabilidade ecológica, e o terceiro eixo considera o desenvolvimento sustentável como a coevolução da sustentabilidade ecológica e social. Adota-se aqui a terceira perspectiva, onde “o conceito de ecodesenvolvimento estimula a reflexão e a experimentação criativa (e participativa) com modalidades de crescimento econômico que valorizem o potencial de recursos naturais e humanos em cada contexto específico, minimizando os custos sociais e ecológicos e promovendo a autonomia das populações envolvidas”. Assim, toda estratégia deveria ser concebida e avaliada com base nos seguintes critérios: a) Prioridade ao alcance das finalidades sociais; b) Prudência ou sustentabilidade ecológica; c) Valorização da participação e da autonomia; d) Viabilidade econômica( VIEIRA,1995).

No levantamento junto aos grupos de artesãos nos municípios em questão, feito entre outubro/2003 e abril/2004, foram realizadas abordagens quantitativa e qualitativa. Para a análise quantitativa, foi utilizado um questionário semi-estruturado, e para a abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas informais, e observação livre, registradas em caderneta de campo. Também foi utilizado registro fotográfico.

## DESENVOLVIMENTO

O grupo de artesãos de Itariri constitui um único núcleo, a *Oficina Monhangaba*, composto por 22 pessoas, sendo que apenas um artesão é do sexo masculino, e as demais do sexo feminino. A *Oficina Monhangaba* se encontra instalada em um galpão cedido pela Igreja Nossa Senhora do Mont Serrat, localizado no centro da cidade, e funciona nos dias úteis apenas no período vespertino. Esse galpão conta com água encanada, luz elétrica, telefone, além de nove teares. Destes bens, apenas o telefone é pago pelo grupo de artesãos, sendo que a Prefeitura, além de arcar com as contas de água e energia elétrica, foi a responsável pela doação dos teares, através de uma verba do Governo Federal.

Miracatu possui aproximadamente 60 artesãs produzindo regularmente as peças artesanais com fibra e palha de bananeira, e são divididas em 8 núcleos, sendo sete na zona rural, e um no centro da cidade, em um galpão construído pela Prefeitura Municipal, que conta com 18 teares e 3 rocas. Este núcleo é o maior de todos, contando com 30 artesãs aproximadamente, e é chamado de *Oficina Banarte*. As artesãs da zona rural, em geral produzem as peças em suas residências. Constatou-se que neste município, o apoio dado pela Prefeitura Municipal é ainda maior, arcando com praticamente todos os custos, além de ceder um espaço para comercialização das peças, denominado de *Casa do Artesão*, e designando uma funcionária para coordenação da atividade. Há, portanto a referir, a dependência dos grupos de artesãos das prefeituras Municipais arcarem com os custos de produção, principalmente os fixos, que são mais elevados.

Em relação ao processo de produção, ambos os municípios apresentam problemas com a conservação da matéria-prima e das peças prontas, sujeitas ao ataque de microrganismos (ocasionando mofo) e de insetos, que comprometem a qualidade dos produtos. Isto se dá principalmente devido ao clima úmido da região, e de condições inadequadas de manipulação e armazenagem nos núcleos de produção. Por esse motivo, terminam por adotar soluções inadequadas e ineficientes, não compatíveis com a ótica de sustentabilidade.

Foi possível constatar, que a comercialização do artesanato local é feita pela própria *Oficina Monhangaba*, em Itariri, e pela *Casa do Artesão*, em Miracatu, mas principalmente por meio das feiras temporárias e regionais, em municípios de maior porte. Alguns novos clientes têm surgido e aumentado a demanda pelas peças, agindo como *atravessadores*, tornando-se até, tomadores de preços.

Em relação à renda obtida com o artesanato, enquanto em Itariri a divisão dos lucros é feita de forma igualitária, em Miracatu cada artesã fica com o que vendeu.

Pode-se identificar, portanto, nessa atividade, os problemas ligados à matéria-prima, à tecnologia, à capacitação e assistência técnicas, à assistência financeira, à comercialização, apontados pelo Programa de Artesanato Brasileiro( PAB,1991). Não se identificou, entretanto, o problema de organização dos grupos e apoio institucional ali referidos.

## CONCLUSÃO

Sob a perspectiva dos critérios de ecodesenvolvimento, verificou-se que a atividade ainda terá que transpor alguns obstáculos para estar compatível com os mesmos. Os grupos de artesãos têm conseguido complementar suas rendas com esta atividade, porém a autonomia econômica/financeira se mostra incerta ao se considerar um possível fim dos subsídios dados pelas Prefeituras Municipais.

A sustentabilidade ecológica não é atingida ao se colocar como insumo de produção, produtos químicos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente, conforme observado em alguns casos, mas permanece como referência no uso de um resíduo da região, ou seja, um recurso local, utilizado como matéria-prima para uma atividade econômica.

A sustentabilidade social talvez seja a mais próxima de ser alcançada pelo Projeto, na medida em que o artesanato com fibra e palha de bananeira trouxe a esta população uma forma de inclusão social, seja pela alternativa de renda que lhe possibilite adquirir bens antes distantes, seja pela alternativa de ocupação e convivência em grupo, e possibilidade de um vínculo de amizade com os pares, ou mesmo, aproximando-os das iniciativas públicas para o desenvolvimento social, como foi observado nos dois municípios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOLADORI, G. e TOMMASINO, H.: El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. In *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba, Editora da UFPR, n.1, 2000, p.41-56.

GARAVELLO, M.E.P.E., coord.: *Fio e Palha de Bananeira*: Manual de produção. Piracicaba, ESALQ/USP/SCTDESP, 1999, 34p.

PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO – PAB. Ministério da Ação Social, Secretaria Nacional de Promoção Social, Brasília, 1991, 48p.

SACHS, I.: *Estratégias de transição para o século XXI*: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo, Studio Nobel, Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993, 103p.

VIEIRA, P.F.: *Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento*. In VIOLA, E.J., LEIS, H.R., WARREN, I.S., GUIVANT, J.S., VIEIRA, P.F. e KRISCHKE, P.J.: *Meio ambiente desenvolvimento e cidadania*: desafios para as ciências sociais. São Paulo, Cortez, 1995, cap. 2, p. 45-98.